



**TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO
AMBIENTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-
SEMA/MT E A REPRAM – RECICLAGEM E
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, OBJETIVANDO O
CUMPRIMENTO DA COMPENSAÇÃO
AMBIENTAL DESTINADA A AQUISIÇÃO DE
BENS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS A
IMPLANTAÇÃO, GESTÃO, MONITORAMENTO E
PROTEÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DOM
OSÓRIO STOFFEL.**

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.415/0023-50, com sede na Rua “C” esquina com a Rua “F”, Palácio Paiaguás, Centro Político e Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pela sua Secretária, **ANA LUIZA ÁVILA PETERLINI DE SOUZA**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.193.395-2 SESP-MT e do CPF n.º 172.615.078-06, residente e domiciliada à Rua dos Girassóis, n.º 12, C.R. Florais Cuiabá, nesta Capital, doravante denominada **SEMA**; e a empresa **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.967.710/0002-27, pessoa jurídica de direito privado, com sede da FILIAL 01 na Av. Mario Acunha Aristides, 1375 – Sala 02, Distrito Industrial, CEP 78.745-705, Rondonópolis-MT, neste ato representada pelo seu Sócio **RICARDO LUIZ DUARTE FERREIRA**, brasileiro, comerciante, casado, portador do RG n.º 593.975 SSP/MS e CPF n.º 404.056.991-15, residente e domiciliado à Rua Francisco Galvão Pain n.º 1709, Bairro Cristo Redentor, CEP 79.042-880, Campo Grande - MS doravante denominada **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, tendo em vista o que consta no processo de licenciamento do aterro sanitário de Rondonópolis/MT - N.º 261169/2013;



Licença Prévia – LP Nº 305519/2014 e Licença de Instalação – LI Nº 65195/2015; e

Considerando que compete ao Poder Público defender e preservar o Meio Ambiente, nos termos do art. 225, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 6.938/81, art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00 e nos artigos 31 e 34 do Decreto Federal nº 4.340/02;

Considerando o disposto no art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00 e nos artigos 31 e 34 do Decreto Federal nº 4.340/02, observado o disposto no julgamento da ADI 3.3.78-DF e no Decreto nº 6.848/09;

Considerando que o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras são instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, de acordo com o artigo 9º da Lei Federal nº 6.938/81;

Considerando que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como qualquer outra que causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão competente, em obediência ao artigo 10 da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente;

Considerando que a Lei Federal nº 9.985/00, estabeleceu, para empreendimentos de significativo impacto ambiental, a exigência de o empreendedor apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, cuja forma de cumprimento foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/02, alterado pelo Decreto nº 6.848/09;

Considerando que é de competência da **Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA**, proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito estadual, nos termos do artigo 18 c/c com o artigo 23 da Lei Complementar nº 38/1995.



Considerando que a **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** possui Licença Prévia nº 305519/2014 válida até 14/08/2017, Licença de Instalação nº 65195/2015 válida até 08/06/2018, e com base nos elementos contidos no Processo de Licenciamento do Aterro Sanitário de Rondonópolis Nº 261169/2013;

Considerando a necessidade de implementação da compensação segundo os termos de compensação definidos no Estudo de Impacto Ambiental aprovado;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - TCCA**, com força de Título Executivo Extrajudicial, nos termos das Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **TERMO** a aquisição e transferência de forma gratuita mediante doação para o Estado de Mato Grosso de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da Unidade de Conservação de Proteção Integral Dom Osório Stoffel, criada pelo Decreto nº 5.437 em 12 de novembro de 2002, com uma área de 6.400 hectares, localizada no município de Rondonópolis, como medida compensatória pela implantação da Unidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (UGRS), composta por Unidade de Triagem de Resíduos (UTR), Unidade de Compostagem (UC) e Aterro Sanitário para Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares e Industriais – Classe II, localizada na MT 270, Fazenda Bebedouro – CEP 78.745-705, no município de Rondonópolis, empreendida pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, consoante ao processo de licenciamento ambiental nº 261169/2013, Licença de Instalação nº 65195/2015 e com base no disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00.

Parágrafo Único: O cronograma de execução do objeto deste **TERMO** encontra-se



descrito no Plano de Trabalho - Anexo III, que constitui parte integrante deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor da Medida Compensatória, objeto deste **TERMO** corresponde a **R\$ 47.031,30 (Quarenta e sete mil trinta e um reais e trinta centavos)**, conforme Parecer Técnico nº 93934/CLEIA/SUIMIS/2015 - Anexo I, destinados ao Parque Estadual Dom Osorio Stoffel, conforme Parecer Técnico nº 94629/CUCO/SUBIO/2015 - Anexo II. Valor este que deve ser atualizado monetariamente pela taxa SELIC desde 05/11/2014 (data do requerimento da licença de instalação) conforme §3º do artigo 8º do Decreto 2.594/2014.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso da Medida Compensatória deste **TERMO** encontra-se descrito no Plano de Trabalho - Anexo III, contendo o cronograma geral de execução, que constitui parte integrante deste. Ressalvando que o prazo para o desembolso da medida é de 01 (um) ano, sendo contado a partir da data de assinatura do termo, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos, mediante expressa concordância das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência.

Parágrafo Segundo: Remanescendo algum valor do total da Medida Compensatória estipulado no caput desta cláusula, após a execução das atividades previstas no Cronograma de Execução – Anexo III, este poderá ser utilizado em outras atividades descritas nos incisos do art.11 do Decreto Estadual nº 2.594, de 13 de novembro de 2014, mediante anuência expressa da **SEMA**.

Parágrafo Terceiro: As Partes reconhecem expressamente que o valor total da Medida Compensatória estipulado no caput desta cláusula é plenamente suficiente para a adequada e satisfatória execução do objeto deste Termo de Compromisso, conforme descrito na Cláusula Primeira e Cronograma de Execução anexo, não podendo ser demandado à empresa **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO**



AMBIENTAL qualquer valor adicional. Salvo, a atualização monetária do valor a ser contada do requerimento da licença de instalação e multas de descumprimento do presente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE TERMO

Para melhor caracterização do objeto deste TERMO, e das obrigações das partes, consideram-se peças integrantes e complementares deste instrumento, independente de anexação, os seguintes documentos:

ANEXO I - Parecer Técnico nº 93934/CLEIA/SUIMIS/2015;

ANEXO II - Parecer Técnico nº 94629/CUCO/SUBIO/2015;

ANEXO III - Plano de Trabalho e Cronograma Geral de Execução;

ANEXO IV – CI nº 004/GRPEDOS/SEMA/2015;

ANEXO V- Licença de Instalação nº 65195/2015, emitida pela SEMA;

ANEXO VI- Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social da Sociedade Limitada – REPRAM;

ANEXO VII - Documento pessoal do Sr. **RICARDO LUIZ DUARTE FERREIRA** - CNH nº 1013260858, sócio e representante legal da REPRAM, responsável pela assinatura do Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL Como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental causado pela implantação do Aterro Sanitário do município de Rondonópolis, a **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** se obriga a:

a) Adquirir e transferir de forma gratuita e mediante doação ao Estado de Mato Grosso, bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Dom Osório Stoffel, conforme previsto no Plano de Trabalho - Anexo III, no prazo e na forma estabelecida pela SEMA - Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, por meio da



Coordenadoria de Unidades de Conservação devendo os bens e serviços adquiridos estarem livres de qualquer ônus;

b) Efetuar os pagamentos pela aquisição dos bens e serviços, conforme descritos no Anexo IV, diretamente aos fornecedores, mediante a assinatura de contratos e/ou demais instrumentos legais quando necessários;

c) Efetuar o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias a fiel execução do objeto deste Termo;

d) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste **TERMO**, 01 (um) técnico responsável, com poderes de decisão pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, para integrar a Comissão de Acompanhamento da **SEMA**;

e) Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, fiscal e previdenciárias, decorrentes dos recursos humanos por ela utilizados nos trabalhos;

f) Citar obrigatoriamente a participação da **SEMA** na divulgação das ações objeto deste **TERMO**;

g) Facilitar, ao máximo, a atuação e supervisão da **SEMA**, facultando-lhe sempre que solicitado, o mais amplo acesso às informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste **TERMO**, especialmente no que concerne à auditoria dos documentos referentes às realizações das despesas;

h) Apresentar à **SEMA** a prestação de contas referentes à utilização dos recurso da Medida Compensatória prevista neste **TERMO**;

i) Apresentar relatório de execução financeira até 30 (trinta) dias após a realização



da atividade prevista no Plano de Trabalho – Anexo III, encaminhando cópias à **SEMA**;

j) Realocar, desde que aplicados na própria Unidade de Conservação, mediante processo administrativo, os recursos não utilizados na execução do objeto deste **TERMO**, conforme indicação da **SEMA** e anuência da Câmara de Compensação Ambiental.

Parágrafo primeiro: A **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** adquirirá, os bens e serviços mencionados na alínea “a” desta Cláusula, no prazo máximo de até 12 (doze) meses, a partir da publicação deste **TERMO**.

Parágrafo segundo: Todos os custos decorrentes das obrigações pactuadas nesta Cláusula correrão exclusivamente as expensas da **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEMA

Como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental causado pela implantação do Aterro Sanitário do município de Rondonópolis, a **SEMA** se obriga a:

- a) Elaborar o Plano de Trabalho, contendo o Cronograma de Execução e Desembolso para atendimento do objeto deste **TERMO**;
- b) Criar uma Comissão de Acompanhamento, que terá caráter consultivo e fiscalizatório, composta por 03 (três) integrantes, sendo 02 (dois) de seu quadro pessoal e 01 (um) da **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**.
- c) Aprovar a aquisição dos bens e serviços referidos na Cláusula Primeira pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**.
- d) Aprovar expressamente as realocações dos recursos não utilizados pela **REPRAM –**



RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

- e) Dar quitação da Medida Compensatória à **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.** após análise e aprovação conclusiva do Relatório Final de Execução do objeto deste **TERMO**;
- f) Designar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste **TERMO**, 02 (dois) técnicos responsáveis, com poderes de decisão, para integrar a Comissão de Acompanhamento;
- g) Disponibilizar informações sobre a Unidade de Conservação Parque Estadual Dom Osório Stoffel.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- h) Será criada uma Comissão de Acompanhamento, para gerenciamento técnico-operacional, que terá caráter consultivo e fiscalizatório, responsável pelo cumprimento das atividades originadas neste **TERMO**, sendo composta por 03 (três) integrantes, nomeados mediante Portaria, sendo 02 (dois) indicados pela **SEMA** e 01 (um) pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.**

Parágrafo Único: A Comissão de Acompanhamento deverá supervisionar a execução das atividades do presente **TERMO**, avaliando seus resultados e reflexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica assegurado a **SEMA** o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, sem prejuízo das prerrogativas do Poder de Polícia a ser por ela exercido, como decorrência da aplicação das legislações federal e estadual.



CLÁUSULA OITAVA – DA INADIMPLÊNCIA

O não cumprimento pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, dos prazos e obrigações sob sua responsabilidade, constante deste **TERMO**, importará, sem prejuízo das demais sanções penais e cabíveis:

- a) A obrigação de reparação de eventual dano ambiental decorrente do descumprimento deste instrumento;
- b) O cancelamento da Licença de Instalação nº 65195/2015;
- c) A execução judicial deste **TERMO** através da Subprocuradoria - Geral de Defesa do Meio Ambiente;

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto no presente **TERMO** não elide a imposição de sanção administrativa pela **SEMA** sempre que se verificar descumprimento de quaisquer das cláusulas sob responsabilidade da **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**, ou infrações as normas ambientais.

CLÁUSULA NONA – DA PENALIDADE.

O descumprimento das obrigações avençadas no presente Termo de Compromisso de Compensação Ambiental por parte da **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** implicará no pagamento do valor integral da Compensação Ambiental constante na Cláusula Segunda e no pagamento de multa, nos moldes do artigo 83 do Decreto Federal n. 6.514/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

Os recursos a serem aplicados durante a vigência deste **TERMO** serão reajustados conforme variação anual da taxa **SELIC**, bem como, todos os valores não executados no exercício previsto no cronograma de execução financeira.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO

A divulgação dos atos, ações e atividades do presente **TERMO** deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dele não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS

Quaisquer alterações na sistemática das atividades ajustadas neste **TERMO** dependerão de prévia concordância das partes, por escrito, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** terá prazo de vigência de 01 (um) ano, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos, mediante expressa concordância das partes, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A **SEMA** providenciará às suas expensas a publicação do extrato deste **TERMO DE COMPROMISSO**, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - DOE/MT, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma estipulada na Lei Federal nº 8.666/93, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA QUITAÇÃO

Após a comprovação da execução do objeto deste Instrumento pela **REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL** a **SEMA** dará a completa e irretratável quitação formal do cumprimento da Medida Compensatória ajustada neste Termo, nada mais podendo ser exigido da **REPRAM – RECICLAGEM E**



PRESERVAÇÃO AMBIENTAL a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento, renunciando, as partes, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam os legítimos efeitos de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo subscrevem.

Cuiabá, de de 2016.

ANA LUIZA ÁVILA PETERLINI DE SOUZA
Secretária de Estado do Meio Ambiente – SEMA-MT

RICARDO LUIZ DUARTE FERREIRA

Sócio Componente

REPRAM – RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF

CPF: